

Registro síntese da 5ª Reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal – CNAL (26 de maio de 2021)

Nesta tarde (26), o Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal - CNAL, Antonio Hamilton Martins Mourão, conduziu, presencialmente, a 5ª Reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, respeitando o protocolo sanitário do Ministério da Saúde e registrando a participação dos ministros da Casa Civil; das Relações Exteriores; e de Minas e Energia; do Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e representantes dos ministérios da Justiça e Segurança Pública; da Defesa; da Infraestrutura; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Ciência, Tecnologia e Inovações; das Comunicações; do Desenvolvimento Regional; da Economia; da Saúde; da Secretaria de Governo da Presidência da República; do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Na abertura da reunião, o Presidente do CNAL destacou a importância do Plano Amazônia 21/22 para cumprimento da meta de redução de 15% estabelecida para o controle do desmatamento e queimadas pelo Governo Federal, após o término da Operação Verde Brasil 2, em 30 de abril.

O trabalho de coordenação da execução do Plano está sob a responsabilidade do Grupo Gestor, formado por integrantes dos órgãos com responsabilidade de prevenção e repressão de ilícitos ambientais e fundiários, bem como dos órgãos de segurança pública e das Forças Armadas

O Plano Amazônia 21/22, que tem a finalidade de dar continuidade nas ações de fiscalização e combate aos ilícitos ambientais e fundiários, é um plano emergencial/operacional e propõe quatro eixos de atuação:

- Priorização de áreas onde a ocorrência da ilicitude pode impactar de maneira mais decisiva os resultados da gestão ambiental;
- Aumento da efetividade da fiscalização e o fortalecimento dos órgãos;
- Contenção dos ilícitos em conformidade com a lei; e
- Busca de alternativas socioeconômicas à população dentro do princípio do desenvolvimento sustentável.

Neste mês de abril, o Grupo Gestor deu início ao planejamento das operações de fiscalização e combate aos ilícitos ambientais e fundiários, nas áreas identificadas como prioritárias, compreendendo 11 municípios, dos seguintes Estados:

- Pará: São Félix do Xingu, Altamira, Novo Progresso, Pacajá, Portel, Itaituba e Rurópolis;
- Amazonas: Apuí e Lábrea;
- Mato Grosso: Colniza;
- Rondônia: Porto Velho

As ações envolvem Unidades de Conservação - UC, Terras Indígenas - TI e áreas de desmatamento ilegal com a atuação do Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade - ICMBio, Fundação Nacional do Índio - Funai, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, apoiados pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam, Força Nacional de Segurança Pública - FNSP e Ministério da Defesa.

As operações já realizadas foram nas regiões de Portel/PA, Pacajá/PA, Porto Velho/RO e Lábrea/AM.

O Vice-Presidente da República Concluiu a abertura enfatizando que é necessário o esforço de todos os órgãos do Governo para a integração de dados e o reforço nas ações de combate aos ilícitos ambientais, nos pontos mais significativos.

Em seguida, a palavra foi passada aos senhores Ministros Integrantes do CNAL ou seus representantes legais, onde cada um pode fazer uma apreciação geral dos trabalhos de suas respectivas pastas, com um balanço de dados do montante de apreensões e multas aplicadas e demais ações e projetos desenvolvidos na Amazônia Legal.

Finalizando a reunião, Vice-Presidente da República e Presidente do CNAL agradeceu a participação de todos e disse que é uma tarefa difícil, lembrou que tudo isso que vem ocorrendo faz parte de um processo que procura destruir a imagem do país e que o Conselho é uma instância de coordenação de integração e cooperação, procurando somar os esforços e conseguir fazer mais com menos.

Brasília, 26 de maio de 2021.